

## PERROT, SCOTT E LUGONES: TENSÕES E CONEXÕES TEÓRICO- POLÍTICAS

*EIXO TEMÁTICO 25* - Insurgências de corpos e saberes: Perspectivas Pedagógicas Decoloniais e Queer (Cuir) na Construção de Poéticas Outras da Revolta

Joyce Otânia Seixas Ribeiro <sup>1</sup>

Maylana Emanuelle Pereira dos Santos <sup>2</sup>

Clarice Almeida dos Santos <sup>3</sup>

**Resumi:** Faremos uma breve análise comparativa entre três abordagens feministas, considerando os pressupostos, a noção de gênero e o compromisso político. A decisão metodológica é pela pesquisa teórica, aqui considerada como politicamente informada e vinculada a prática sócio cultural. As diferentes combinações entre as abordagens feministas resultam em divergência inconciliável, convergência incoerente e convergência parcial. Concordamos com o imperativo de seguir refletindo esses e outros feminismos em busca de pontos de conexão e diálogo.

**Palavras-chave:** Feminismo decolonial; Feminismo pós-estruturalista; Historiografia feminista.

### INTRODUÇÃO

Durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado “*Produção generificada* do brinquedo de miriti: uma leitura a partir do pensamento decolonial de María Lugones”, analisamos o conceito *colonialidade de gênero* e observamos que nesta composição há traços da historiografia feminista e do feminismo pós-estruturalista que são inconciliáveis, o que nos despertou a atenção. Assim, para o momento, nossa intenção é refletir alguns aspectos de três abordagens feministas como os pressupostos, a noção de gênero e o compromisso político, mirando em pontos de divergência e de convergência. Como o problema de pesquisa é analítico, decidimos pela pesquisa teórica.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação, Professora do Campus Universitário de Abaetetuba, da da Universidade Federal do Pará, PA, [joyce@ufpa.br](mailto:joyce@ufpa.br)

<sup>2</sup> Bolsista de IC/PIBIC, aluna do curso de Pedagogia do Campus Universitário de Abaetetuba, da Universidade Federal do Pará, PA, [maylana123@hotmail.com](mailto:maylana123@hotmail.com)

<sup>3</sup> Bolsista de IC/PIBIC, aluna do curso de Pedagogia do Campus Universitário de Abaetetuba, da Universidade Federal do Pará, PA, [claricemk93@gmail.com](mailto:claricemk93@gmail.com)



## VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional  
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação  
em Sexualidade, Gênero,  
Saúde e Sustentabilidade

### METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

É recorrente certa negação da pesquisa teórica em razão dos riscos que pode apresentar, como o fato de ser incompreendida por parte da comunidade científica, em razão de ser abstrata, com linguagem hermética e supostamente desvinculada da prática social. Porém, para Apple (1994), a reflexão teórico-crítica guarda significância na medida em que toda investigação possui fundamentos teóricos com efeitos políticos. Outro argumento em seu favor é o de Salvador (1986), quando afirma que as teorias aprofundam, ampliam e contribuem com a produção de conhecimento situado, sendo, neste aspecto, produtivas. No campo dos Estudos Culturais latino americanos, a pesquisa teórica não é asséptica, mas politicamente informada, pois as teorias revelam interesses de classe, de gênero, de sexualidade, de nação, de "raça"/etnia, de geração, e resultam de decisões vinculadas à prática social. A *arte do fazer* da pesquisa teórica incluiu o mapeamento da literatura pertinente, a documentação bibliográfica, a análise e a escritura.

### REFERENCIAL TEÓRICO

A Historiografia feminista foi delineada na trilha da *nova história*, que representa uma revolução epistemológica ao introduzir o humanismo na ciência histórica, produzindo conhecimento interdisciplinar com as contribuições das Ciências Sociais. Michelle Perrot, historiadora e feminista francesa é um dos nomes mais representativos dessa abordagem, com vários livros e artigos que se tornaram leitura obrigatória entre as feministas ocidentais. Mas há outros nomes igualmente relevantes como Elizabeth Badinter, Louise Tilly e Eleni Verikas que contribuem com essa abordagem com seus respectivos estudos, algumas sem ser historiadoras. No Brasil, é possível mencionar Maria Odila da Silva Dias, Margareth Rago, Miriam Moreira Leite, Rachel Soihet, Mary Del Priore, Eni de Mesquita Samara, Maria Izilda Santos de Matos, Joana Maria Pedro, Lená Medeiros de Menezes, Magali Engel e Suely Gomes Costa. Tanto a historiografia francesa quanto a estadunidense promoveram estudos e pesquisas acerca das mulheres, considerando-as como campo de pesquisa e de saber

para, posteriormente, passar à História do gênero e às relações de gênero (PERROT, 1995).

Os pressupostos da historiografia feminista são a ontologia crítico-realista, na qual há uma realidade externa ao sujeito que precisa ser conhecida; aqui há a ênfase no contexto econômico – a determinação –, na causalidade e na ação humana, o que permite pensar estratégias políticas de emancipação. Desse ponto de vista, o gênero é um construto social e reflexo da economia, o que impõe a necessidade de buscar uma explicação material para as desigualdades, a exploração no trabalho, a subordinação e a violência (sexual, doméstica e no trabalho) vividas pela mulher. Devido a finalidade de descrever as experiências da mulheres, este conceito é denominado de gênero descritivo; um dos efeitos ao manuseá-lo, é que o gênero ficou reduzido a sinônimo de Mulher. Seu compromisso político é denunciar e anunciar uma sociedade emancipada na perspectiva social e cultural.

Apesar de dominante nos anos 60, 70 e 80, a historiografia feminista foi criticada nos anos 90 pela historiadora pós-estruturalista Joan Scott, que passou a destacar seus limites teóricos e políticos, contribuindo com o trânsito e a visibilidade de outra noção de gênero. Scott (1995) se movimenta no terreno movediço de uma ontologia relativista, pois em sua composição não há um processo fundacional, capaz de afirmar a existência de uma realidade única e verdadeira; as muitas realidades são constituídas nas complexas e fluidas relações entre saber-poder, o que faz circular significados e produz sujeitos fragmentados. A partir da analítica Foucaultiana e Derridiana, a noção de gênero é refinada e complexificada, de modo que permite não apenas descrever, mas analisar eventos e processos de subjetivação – relativos as relações sociais e sexuais existentes, impondo o manuseio de teorias e discursos. Essa noção de gênero radicaliza o pressuposto relativista da construção social na medida em que a realidade é discursivamente construída.

Para Scott (1995), o gênero é uma categoria útil de análise histórica e possui duas dimensões: a primeira, a construção social, que considera o processo histórico e a inter-relação permanente entre os elementos, que são condição para sua compreensão, como os símbolos, os conceitos normativos – doutrinas, religiosas, educativas,



## VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional  
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação  
em Sexualidade, Gênero,  
Saúde e Sustentabilidade

científicas, políticas e jurídicas –, a crítica a fixidez – dos binarismo que edificam as instituições e a organização social –, e a desconstrução da identidade subjetiva. A crítica a fixidez dos binarismos de gênero e de sexualidade leva ao questionamento da centralidade do homem expandindo o espaço de modo a permitir o debate sobre seu caráter relacional. A segunda dimensão, a política, considera o gênero como uma forma primária de imprimir significado às relações de poder que, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, organizam a vida em sociedade.

Com a inclusão das relações de poder e da diferença como ferramentas para entender e explicar as relações entre os gêneros, as reflexões ficaram mais complexas, pois aqui não se trata da macropolítica estado-sujeito e/ou capital-sujeito, mas das micropolíticas cotidianas, o que exige a noção de poder foucaultiana, na qual o poder é produtivo. A diferença e poder associados, permitem pensar os gêneros como instáveis, acessar o aspecto relacional entre esses (não só mulher x homem, mas mulher x mulher, homem x homem, heterossexual x LGBTQIA+). Assim, o compromisso político do feminismo pós-estruturalista, é desconstruir discursos, conceitos normativos, binarismos, e identidades subjetivas. Scott (1995) revigora a noção de gênero levando-o a ser necessário mesmo quando o masculino não está em cena, devido a pluralidade analítica que permite. Para Verikas (1994), a descontração não é um abandono da política, mas outra modalidade de prática política de cunho analítico que, no final, proporciona resultados férteis para a compreensão dos problemas de gênero.

María Lugones é filósofa argentina, integrante do Grupo Modernidade/Colonialidade, e contribuiu com o refinamento teórico e com as políticas relativas a gênero, Mulher e feminismo na América Latina. O pensamento decolonial de Lugones é marcado por uma ontologia crítico-realista, em razão da autora considerar a existência de uma realidade externa que oprime e aprisiona as mulheres nativas, logo, precisa ser conhecida para tomada de consciência para uma ação transformadora. A realidade mencionada pela autora é o sistema-mundo moderno/colonial capitalista e patriarcal, que domina e subjetiva os povos nativos por meio de certas estratégias como a *colonialidade do poder*, a *colonialidade do saber* e a *colonialidade do ser*, bem como

por certos mecanismos como a *racialização*, os binarismos, as representações e o eurocentrismo.

O sistema-mundo moderno/colonial de gênero, foi forjado amparado em dicotomias que classificaram os gêneros, construindo uma hierarquia: no topo da pirâmide está o homem branco, europeu, heterossexual; no centro, a mulher branca reprodutora da raça dominante; na base, os negros, indígenas e mestiços classificados como não-humanos. Nessa pirâmide, as mulheres negras e indígenas foram excluídas, não sendo representadas na categoria Mulher, pois não foram consideradas humanas, logo, sequer existiam. Assim, em razão da categoria universal Mulher referir-se unicamente a mulher branca, excluiu-se as mulheres negras, mestiças, indígenas e transgêneros. Ao excluir as mulheres nativas do mapa do mundo, o homem branco (assim como a mulher branca) assimilou a colônia descartando o cosmo (práticas, crenças, linguagem) e os corpos nativos. Tal *violência epistêmica* da aventura colonial ibérica naturalizou o patriarcalismo e a heterossexualidade como padrão.

Considerando este contexto, Lugones (2008) delinea a noção de *colonialidade de gênero* e, para essa tarefa, aciona a noção de gênero relacional de Scott (1995). Assim procedendo, salta as fronteiras limitadoras da análise biológica de gênero de Quijano, e tenta avançar na direção de uma noção socialmente construída e relacional. A colonização chegou ao fim, ainda assim Lugones (2008, 2014b) afirma que a *colonialidade de gênero* está presente entre nós, mas não totalmente assimilada, pois as mulheres nativas não podem ser reduzidas a dimensão de seres oprimidas e passivas. A superação da *colonialidade de gênero* é possível por meio do feminismo decolonial, com ações que representem e visibilizem as mulheres negras-indígenas-mestiças e transgênero, ignoradas até mesmo pelas feministas brancas. O compromisso político do feminismo decolonial é a resistência considerada não como um fim, mas um ponto de partida para pensar uma ação capaz de enfrentar a opressão colonial de gênero. A resistência é teórica e prática: teórica por meio da *interseccionalidade*, e prática por meio de ações capazes de construir a coalizão entre as mulheres colonizadas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após sistematizarmos as convergências e divergências entre as três abordagens feministas, acompanhando Tilly (1994) concluímos pela contenda entre a historiografia feminista e o feminismo pós-estruturalista, seus pressupostos, conceito de gênero e compromissos políticos serem inconciliáveis. Aqui, não há convergência, mas limitações em ambas: a historiografia feminista, fundamentalmente descritiva negligencia a teoria, e o feminismo pós-estruturalista superestima a abstração e a coerção social (controle, regulação) o que leva, supostamente, ao desaparecimento do sujeito e a impossibilidade de emancipação. Verikas (1994) argumenta que o ideal é promover o diálogo entre estas para um produtivo estudo das mulheres e do gênero considerando a descrição e a análise.

Entre o feminismo pós-estruturalista e o feminismo decolonial há uma convergência parcial, pois ambos se valem da noção de gênero relacional de Scott; contudo, em Scott a pluralização dos gêneros inclui o masculino e os LGBTQIA+, enquanto que em Lugones a pluralização ficou restrita apenas as mulheres colonizadas, a saber, as indígenas, mestiças, negras e transgênero. Há divergências quanto ao compromisso político, pois o feminismo pós-estruturalista não prevê mudança social, mesmo que enfatize o compromisso político com a desconstrução, atuando no campo da análise acadêmico-científica, o que não é abandono da política, mas outra modalidade de prática política, que, no final, proporciona resultados férteis a compreensão dos problemas de gênero; já o feminismo decolonial, prevê uma aliança transformadora entre as mulheres colonizadas para a mudança.

Historiografia feminista e feminismo decolonial, convergem quanto ao fato de considerarem o contexto, a Mulher e o compromisso político com a mudança; no entanto, divergem quanto a noção de gênero, pois o primeiro aciona o gênero descritivo e o segunda o gênero relacional. Assim, consideramos que a decisão de Lugones pelo gênero relacional se revelou incoerente com seu compromisso político de resistência e mudança via coalizão feminina. Neste ponto, acionar a noção de gênero descritivo teria sido mais vantajoso, pois teria avançado para além do conceito abstrato e universal de Mulher, considerando as muitas opressões vividas pelas colonizadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Precisamos explorar tanto quanto possível as muitas abordagens feministas para conhecer seus pressupostos e compromissos políticos, buscando saber como operam no plano teórico e prático, evitando incoerências e descontinuidades. Cada uma destas abordagens em tela contribui de alguma forma com a visibilidade dos problemas de gênero, bem como para entretecer resistências teóricas e práticas. Em meio estas contendas, concordo com Verikas (1994) quanto a necessidade de mapear pontos de conexão entre estas e outras abordagens feministas.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. O que os pós-modernistas esquecem: capital cultural e conhecimento oficial. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz T. (Orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, set./dez., pp. 935-952, 2014.

\_\_\_\_\_. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, pp. 73-101, 2008.

PERROT, Michele. Escrever uma História das Mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, pp. 9-28, 1995.

SALVADOR, Ângelo D. **Metodologia e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica**. 11<sup>a</sup> ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, pp. 71-99, 1995.

TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, pp. 29-62, 1994.

VERIKAS, Eleni. Gênero, Experiência e Subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, pp. 63-84, 1994.